



## **AS MULHERES CAMPONESAS E A EMERGÊNCIA DA PERSPECTIVA FEMINISTA NO MUNDO RURAL: AVANÇOS E RETROCESSOS<sup>1</sup>**

<sup>2</sup> DE PAULA, Fernanda Folster

<sup>2</sup> Mestranda em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, fer.folster@gmail.com

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é refletir, de maneira ampla, sobre o surgimento e existência dos movimentos de mulheres rurais a partir da década de 1980. Apesar das inúmeras diferenças entre os movimentos que emergem nessa década, buscamos aqui refletir sobre o surgimento das mulheres do campo como atores políticos. Nesse sentido, enfatizaremos as conquistas obtidas no cenário político institucional nacional, a mudança no que diz respeito ao conteúdo das reivindicações nos últimos anos, e o que significa, de modo preliminar, o surgimento da categoria “mulheres do campo” em termos da história do campesinato no Brasil. Discutiremos também o impacto das últimas políticas do atual governo para as mulheres rurais, e como elas contrapõem-se à emergência das mulheres camponesas como detentoras de direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres camponesas, gênero, movimentos sociais, agroecologia

### **INTRODUÇÃO**

A década de 1980 é uma década de bastante efervescência para os movimentos sociais. É o momento no qual surgem diversos movimentos de luta por terra, por direitos trabalhistas no campo e por políticas para produção agrícola. Ainda, é o momento em que surgem diversos movimentos de mulheres rurais, contestando a desigualdade no que diz respeito ao acesso a direitos e a instituições entre homens e mulheres (Butto, 2011).

São exemplos o Movimento de Mulheres Agricultoras, de 1983, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) em diferentes Estados e regiões, e a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, cujo primeiro encontro é realizado em 1986. Em geral, esses movimentos sociais vêm reivindicar o acesso à participação política em sindicatos rurais e o reconhecimento dos direitos como agricultoras e trabalhadoras rurais. É nesse sentido que em 1992 é realizada uma grande mobilização nacional pelo direito à aposentadoria para mulheres do campo, e em 1993, pelo salário-maternidade (Cruz, 2012). Demandas como reforma agrária e o fim da violência contra a mulher no campo também eram parte da pauta de reivindicações (Butto, 2011).

As mulheres que participam desses movimentos são mulheres que vivem da terra: que exercem a profissão de agricultoras, trabalhando na roça para o sustento da família, e também que exercem o trabalho de cuidado dentro da família, sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico. Dada a lógica familiar da

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto de pesquisa de mestrado, em andamento. Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio realizado: processo nº 2018/12938-7.



reprodução social<sup>2</sup> (Wanderley, 1998), consideramos aqui que são mulheres camponesas. É mediante articulação dessas dimensões de classe e gênero que elas elaboram suas reivindicações. E é frente a tais mobilizações que o Estado passa, aos poucos, a reconhecer a existência dessas mulheres, bem como a enorme desigualdade entre elas e os homens no mundo rural. É um pouco desse histórico de reconhecimento que pretendemos traçar agora.

## **EMERGÊNCIA DO CAMPESINATO E DAS MULHERES CAMPONESAS**

José de Souza Martins aponta para a década de 1960 como a década na qual o camponês emerge no cenário nacional como ator político (Martins, 1981). É a década, segundo ele, na qual emerge o próprio termo “camponês”, em oposição ao “latifundiário”, como palavra que passa a dar unidade à luta desses conjuntos de atores. O que não significa que esses atores tenham surgido apenas então. O campesinato, por exemplo, para Martins (1981), demonstra suas primeiras expressões políticas já no início da República, através do cangaço e do messianismo (em Canudos e também na região do Contestado).

Entretanto, o que é novo na década de 1960 é a constituição de uma identidade comum com expressividade nacional, desvelada a partir do termo “camponês”. Essas reflexões são convergentes também com o que escreve Moacir Palmeira (1989) a respeito do reconhecimento, no âmbito institucional, que o camponês passa a ter a partir de 1963/64. Para o autor, é no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e no Estatuto da Terra (1964) que fica claro pela primeira vez a existência da “questão agrária”, ou seja, de interesses conflitantes no mundo rural: “O Estatuto da Terra reconheceu a existência de uma questão agrária, de interesses conflitantes dentro daquilo que, até então, era tratado como um todo indivisível, a agricultura” (idem, p. 101).

Ainda, é com o surgimento dos sindicatos rurais como mediador dos conflitos no campo que surge a identidade de classe camponesa: “A adoção da identidade de camponês significava juntar, em torno da vinculação à terra através do trabalho, pessoas e grupos que o recorte por sua inserção numa relação de dominação determinada [...] separava politicamente” (idem, p. 103)<sup>3</sup>.

A emergência do camponês como ator político traz luz à sua história, reconhece que a despeito de seu trabalho ser, majoritariamente, responsável pela produção de alimentos no país, esse ator, na maior parte dos casos, não tem acesso à terra, e é submetido a condições de trabalho bastante exploratórias ao ter de

---

<sup>2</sup> Segundo Maria Nazareth Wanderley (1998), o que caracteriza o campesinato é a lógica familiar que caracteriza sua produção e reprodução. Assim, é uma produção e modo de vida distintos da unidade de produção capitalista (Wanderley, 1998).

<sup>3</sup> É importante apontar que segundo Palmeira (1989), tais mudanças no mundo rural dão-se devido ao surgimento de outra forma de dominação no mundo rural, a partir do momento em que o Estado surge como ator, o que modifica a relação entre latifundiários e camponeses sentido à despersonalização: “O que é novo é que a presença [do Estado no campo] que não passa mais, necessariamente, pela mediação dos chefes locais, diminuindo-lhes o poder, através do esvaziamento de suas funções ou pelo reconhecimento ou criação de novos mediadores” (Palmeira, 1989, p. 100).



associar-se à grande propriedade (Martins, 1981). Assim, além de inscrever o camponês na história do país, tal emergência questiona a expressividade da ordem democrática no mundo rural, e demanda a elaboração de políticas específicas a essa classe.

Estabelecida a existência do campesinato, na década de 1960, conforme aponta a bibliografia, é somente no próximo período democrático do país, após a ditadura civil-militar, que as mulheres encontrarão espaço para reclamar também a sua existência no campo. E, em parte, é isso o que os diferentes movimentos da década de 1980 fazem: exigem o reconhecimento de que as mulheres também vivem e trabalham no campo, e, assim, são parte do campesinato. Têm o direito, portanto, de sindicalizar-se e acessar direitos trabalhistas, sem negar sua posição de mulher. Nesse sentido, a luta pelo salário-maternidade torna-se emblemática: é a reivindicação de um direito trabalhista específico das mulheres, que são também responsáveis pelo cuidado dos filhos. Demandam direitos então tendo em vista que além de trabalharem no campo, são mulheres no campo.

Na Constituição de 1988, fica pela primeira vez estabelecido que mulheres e homens podem ser titulares de terra, independente do estado civil. Mediante a mobilização das mulheres rurais, na década de 1990 elas conquistam o direito de aposentar-se e de ter a maternidade garantida. Essas, sem dúvida, são conquistas importantes. Ainda assim, dados do Censo Agropecuário de 1996, primeiro instrumento que mede tal desigualdade no mundo rural (Deere, 2002), demonstram que as desigualdades de gênero permanecem.

Como Palmeira argumenta que o Estatuto da Terra estabelece a “questão agrária” e a ausência de uma unidade no campo, também o Censo de 1996, ao dividir a análise a partir do gênero e mostrar, por exemplo, que apenas 12,6% dos títulos das áreas de reforma agrária estavam em nome da mulher (Deere, 2002), demonstra que o campesinato não é homogêneo. Pelo contrário, existem amplas desigualdades dentro da categoria do campesinato. Em termos de conhecimento sobre o mundo rural, portanto, o Censo Agropecuário de 1996 tem uma importância muito grande, que é a de desvelar as desigualdades de gênero do campesinato, reconhecendo as mulheres rurais bem como sua situação de vida no campo.

Assim, podemos dizer que o Censo, mesmo que não tenha sido seu objetivo, reconhece a existência da diferença de gênero, e demonstra que ela causa desigualdade na vida do campesinato. Ainda que de modo incipiente, já que gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995), e tal diferença se constrói de diversas maneiras (pelo parentesco, economia, organização política, dentre outros), e desse modo se expressa em diversas frentes também. Ainda assim, mesmo que explorando de modo muito superficial os impactos da desigualdade de gênero na vida das mulheres, é a primeira vez que, de alguma forma, essa desigualdade de gênero no campo é demonstrada a partir de um instrumento de elaboração de dados do Estado.

Foi a partir dos dados obtidos com o Censo que, em 2000, a Marcha das Margaridas<sup>4</sup> exigiu políticas públicas para as mulheres no mundo rural (Butto; Hora, 2009). E em 2003, uma importante política foi

---

<sup>4</sup> A Marcha das Margaridas é uma ação coletiva organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) em parceria com diversas outras organizações de mulheres do campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Mulheres Camponesas, Central Única dos Trabalhadores, dentre outros). A primeira edição



conquistada: a Instrução Normativa nº 981/03, que estabelece a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para homens e mulheres em matrimônio ou união estável. Ainda, em 2007, essa instrução foi modificada, e passa também a estabelecer que as áreas em nome da mulher terão prioridade no acesso às políticas públicas da reforma agrária. A IN é a primeira política elaborada visando combater as desigualdades de gênero no mundo rural, que vai além de apenas reconhecer os direitos das mulheres.

Em síntese, podemos dizer que os movimentos de mulheres rurais, desde a década de 1980, estão inscrevendo as mulheres na história do campesinato. E essa inscrição modifica a própria história (Scott, 1998): dá visibilidade ao trabalho oculto que elas realizam, ao que elas plantam, à ancestralidade que carregam através de suas práticas, e ao desenvolvimento rural que reivindicam. Reclamam um lugar na história, e, assim também, um lugar na elaboração do presente.

## **AS MUDANÇAS**

Durante a década de 2000 e 2010, é perceptível a mudança nas reivindicações de diferentes movimentos de mulheres rurais, e no próprio significado do que é ser mulher do campo<sup>5</sup>. Tomamos aqui como exemplo três diferentes movimentos: a já mencionada Marcha das Margaridas, o Movimento de Mulheres Camponesas (que congrega o antigo Movimento de Mulheres Agricultoras), e o setor de gênero do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST).

A pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas pode ser obtida no site da CONTAG. É notório como, além do aumento das reivindicações, podemos observar o aumento da expressividade a demandas ligadas as políticas para produção agroecológica. Se em 2000 as reivindicações estavam bastante relacionadas à reforma agrária e à elaboração de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável<sup>6</sup>, em 2015, as reivindicações estavam divididas em torno de oito eixos, tais quais: 1 – Soberania Alimentar; 2 – Terra, água e agroecologia; 3 – Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; 4 – Autonomia econômica: trabalho e renda; 5 – Educação não sexista, educação sexual e sexualidade; 6 – Violência; 7 – Direito à saúde e direitos reprodutivos; 8 – Democracia, poder e participação<sup>7</sup>. Dos oito eixos, pelo menos

---

do evento ocorreu em 2000, sendo realizada a cada três ou quatro anos em Brasília (2000, 2003, 2007, 2011, 2015). Está prevista realização de uma marcha em 2019.

<sup>5</sup> Essa mudança no que significa ser mulher no campo, que em parte pode ser observado através de mudanças na pauta de reivindicações, necessita, entretanto, de pesquisa mais aprofundada, de uma pesquisa que historicize e contextualize o que constitui a experiência das mulheres no mundo rural, e, ainda mais especificamente, nos diferentes mundos rurais. Entender, de fato, como “os sujeitos são constituídos pela experiência” (Scott, 1998, p. 304).

<sup>6</sup> As pautas da Marcha em 2000 podem ser encontradas em: <[http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm\\_Texto-Base-Marcha-2000.pdf](http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm_Texto-Base-Marcha-2000.pdf)>, último acesso em 24/01/2019.

<sup>7</sup> O caderno de pautas está disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2414cadernodepautamarchaweb.pdf>>, último acesso em 16/01/2019. Os demais cadernos estão disponíveis em:



cinco estão diretamente relacionados à valorização do meio-ambiente para a elaboração de um projeto de vida no campo.

Também o Movimento de Mulheres Agricultoras incorporou a agroecologia como projeto produtivo. Desde 2000 o movimento realiza atividades relacionadas ao resgate de sementes crioulas e à recusa de aceitar uma produção com sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos. Quando transforma-se em MMC, em 2003, continua reivindicando políticas específicas para a produção agroecológica, almejando a “construção de novas relações entre os seres humanos e deles com a natureza”. A perspectiva de libertação das mulheres está profundamente relacionada à perspectiva de construir outro modo de relacionar-se com a natureza (Boni, 2012).

Quanto ao MST, esse em 2014 declarou a agroecologia como o projeto produtivo oficial, durante a realização do VI Congresso Nacional. Entretanto, segundo Juliano Borges (2007), desde 2007 a agroecologia é o modelo produtivo hegemônico dentro do movimento. O Setor de Gênero do MST, desde 1999 (na época ainda Coletivo Nacional de Gênero), vem pautando a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre remédios naturais, com plantas e ervas, para diminuir a dependência da indústria química (Caderno de formação “Mulher Sem Terra” nº2, 1999). Em 2014 e como parte do movimento, também aderem ao projeto de produção agroecológica.

Como explicar essa aderência de diferentes movimentos de mulheres rurais à produção agroecológica? Os motivos provavelmente são vários mas, levantamos aqui como hipótese, que trata-se de uma manifestação da incorporação do feminismo nos debates dos movimentos. Não quer dizer que os movimentos em um ou outro momento passam a ser feministas, mas que as discussões que os movimentos, desde suas criações, vêm realizando sobre gênero, em determinado momento, passam a influir de maneira bastante significativa no projeto produtivo para o mundo rural. Desse modo que gênero e agroecologia passam a se qualificar mutuamente (assim, supomos que nesses movimentos a agroecologia é pensada a partir do lugar de gênero, e gênero, por sua vez, passa a ganhar novos significados com a incorporação de práticas agroecológicas).

Como já colocamos, quando as mulheres estão reivindicando seu lugar dentro do campesinato, o fazem como mulheres trabalhadoras: “É do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural” (Carneiro, 2013, p. 14).

As mulheres são historicamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidado da família. Para as mulheres rurais, isso significa não apenas realizar o trabalho doméstico e cuidar dos filhos, mas também plantar boa parte dos alimentos que serão consumidos pela família<sup>8</sup>. Logo, não é de se estranhar a

---

<<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw=1>> , último acesso em 16/01/2019.

<sup>8</sup> “Em 2004, dedicaram-se a atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% de homens. Portanto, são as atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano. Por que? Como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos. Porque não existe nenhuma



preocupação das mulheres com uso de agrotóxicos na produção familiar, nem com a possibilidade de ter que comprar sementes geneticamente modificadas ao invés de reproduzir sementes crioulas. A opção por uma produção agroecológica vai em sentido ao cuidado com a família e com a natureza que os cerca, de modo que esse projeto produtivo é pensado a partir de um lugar de gênero. Trata-se de um projeto que impossibilita que a esfera da produção se dissocie da dimensão do cuidado.

Pensamos assim que essa reivindicação, por uma produção agroecológica, pode ser em parte explicada como uma expressão do gênero nos movimentos. Elas não querem mais apenas políticas para produção, querem políticas que apoiem uma produção pensada por elas, a partir de um plano de desenvolvimento rural elaborado por uma perspectiva feminista. A dimensão do cuidado e da reprodução assim, ganha centralidade, e, ao tornar-se central no projeto produtivo, é responsabilidade de todos, homens e mulheres.

## **PERDAS**

Desde 2015, chama a atenção os retrocessos dos direitos das mulheres camponesas. É importante retomar que em 2015, para além dos diversos compromissos assumidos pela então presidenta Dilma Rousseff com a Marcha das Margaridas<sup>9</sup>, que, ainda que modestos, incluíam, por exemplo, o lançamento do “Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos” - PRONARA, a criação de creches rurais e, dentre outros, estava em construção o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), de 2016 a 2019, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Além da extinção em 2016 do Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), que era responsável por desenvolver políticas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Merece destaque ainda a extinção da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) que, articulada com o MDA, era responsável pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, que elaborava e executava políticas de assistência técnica e documentação para as mulheres rurais (sem a documentação as mulheres não têm acesso aos direitos trabalhistas conquistados na década de 1990).

Além do fim das políticas públicas para as mulheres rurais que, como demonstramos, levaram anos para serem conquistadas, importa enfatizar que os instrumentos que medem a desigualdade de gênero no meio rural também estão sendo precarizados. O Censo Agropecuário, por exemplo, que foi bastante importante para atuação dos movimentos de mulheres rurais nos anos 2000 e que deu base à elaboração da

---

razão técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de autoconsumo, a não ser o fato de que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família” (Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul, 2006, p.54).

<sup>9</sup> A lista completa de respostas às reivindicações pode ser encontrada em:

<<http://www.contag.org.br/imagens/f2517marcha-das-margaridas---compromissos-governo.pdf>>, último acesso em 24/01/2019.



IN nº 981/03, deveria ter sido realizado novamente em 2016<sup>10</sup>. Após algum atraso, foi realizado em 2017, com questionário modificado em relação à 2006. Por exemplo, no questionário de 2017<sup>11</sup>, foram retiradas uma série de perguntas sobre o modo de uso de agrotóxicos, se alguém foi intoxicado, o destino das embalagens, dentre outras. Passa apenas a ser perguntado se é utilizado agrotóxico, sim ou não. Também não pergunta-se mais se o estabelecimento possui certificação orgânica, sendo apenas questionado se se faz agricultura ou pecuária orgânica, sim ou não.

O questionário também não tem mais espaço para identificar o produtor sem-terra (vulgo, sem-terra). Ainda, não identifica se os moradores do estabelecimento sabem ler e escrever, tem qualificação profissional ou trabalham em atividades não-agropecuárias. Foram retiradas uma série de perguntas também sobre os empregados temporários, em quais meses trabalham, quantos dias e quanto recebem. Ainda no novo questionário foi retirada a questão: "O estabelecimento é originário de projeto de assentamento de famílias instalado após 1985?".

A primeira versão do questionário apresentada tinha ainda mais cortes nas perguntas, e foi amplamente questionada por diversos pesquisadores da área devido às dificuldades que apresentaria para garantir visibilidade ao trabalho das mulheres, bem como para delimitar os estabelecimentos de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária. Mediante as críticas<sup>12</sup>, o questionário foi refeito. Ainda assim, conforme demonstramos acima, o questionário ainda apresenta a exclusão de perguntas importantes. Ao não quantificar ou qualificar os empregados temporários, dificulta-se a identificação dos estabelecimentos de agricultura familiar. Ainda, a exclusão da pergunta sobre se o estabelecimento é fruto de projeto de assentamento invisibiliza todos os estabelecimentos decorrentes da política de reforma agrária.

Entendemos que a exclusão do campesinato como alvo das políticas públicas, bem como a, cada vez mais difícil, identificação dessa classe (que intensifica-se no caso dos camponeses beneficiários da reforma agrária), tem efeitos ainda mais perversos para as mulheres do campo. Grande parte das políticas conquistadas por elas sofrem risco de extinguirem-se (como por exemplo, recursos para produção orgânica, políticas de escoamento da produção e assistências técnicas específicas para mulheres) ou tornarem-se vazias (por exemplo, com o fim do programa de documentação das trabalhadoras rurais). Ainda que de modo precário seja possível elaborar dados sobre o campesinato, elaborar dados sobre as mulheres camponesas torna-se ainda mais improvável. Assim, elas vão desaparecendo do discurso estatal.

---

<sup>10</sup> É realizado a cada dez anos, sendo o último realizado em 2006.

<sup>11</sup> O questionário completo do censo de 2017 está disponível em: <[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/downloads/censoagro2017/Quest\\_Censo\\_Agro\\_2017\\_Valores\\_10042\\_017.pdf](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/downloads/censoagro2017/Quest_Censo_Agro_2017_Valores_10042_017.pdf)>, e o do censo de 2006 em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/forum\\_questionario\\_censoagro2015/Modelo\\_Quest\\_PD\\_A\\_CensoAgro2006.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/forum_questionario_censoagro2015/Modelo_Quest_PD_A_CensoAgro2006.pdf)>, último acesso em 24/01/2019.

<sup>12</sup> Documentos com críticas podem ser encontrados em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/observacoes\\_quest\\_censo2017ibge\\_final\\_1.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/observacoes_quest_censo2017ibge_final_1.pdf)> e <[http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/censo\\_agropecuário\\_marcacoes\\_das\\_alteracoes\\_no\\_questionario\\_-\\_15\\_mar\\_17.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/censo_agropecuário_marcacoes_das_alteracoes_no_questionario_-_15_mar_17.pdf)>, último acesso em 24/01/2019.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1980, as mulheres rurais vêm contestando as desigualdades de gênero, em especial no que diz respeito ao acesso aos direitos trabalhistas e às instituições. Na década de 1990, mediante ampla mobilização, conquistaram o direito à previdência e ao salário-maternidade, atuando para o reconhecimento de suas posições de trabalhadora rural e também de mulher no campo.

Em 1996, o Censo Agropecuário, enquanto instrumento institucional, pela primeira vez apresenta algumas das situações de desigualdade enfrentadas pelas mulheres no campo. Através de alguns dos dados obtidos com o censo, as mulheres pautaram mudanças com base nas estatísticas, e obtiveram conquistas significativas no início dos anos 2000.

Então, apontamos para a mudança no conteúdo das reivindicações de três diferentes movimentos de mulheres do campo, numa tentativa de refletir como gênero influi na elaboração de propostas para o desenvolvimento rural. Pensamos que a agroecologia como projeto produtivo é expressão da situação de gênero das mulheres, e do que elas valorizam e tornam importante para a vida no campo.

Por fim, olhamos para como as políticas dos últimos anos vêm tornando cada vez mais invisíveis as mulheres rurais, em especial mediante rápida análise do questionário utilizado no Censo Agropecuário 2017. Parece-nos evidente a tendência em dificultar a identificação do campesinato, e, assim, também das mulheres camponesas, dentre uma série de outros sujeitos que tal categoria abriga (como quilombolas, caiçaras, dentre outros).

## REFERÊNCIAS

- BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: O movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. 253f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2012
- BORGES, Juliano. **A Transição do MST para a Agroecologia**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, SP, 2007
- BUTTO, Andrea. **"Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania"**. In A. Butto & I. Dantas (Orgs.), *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2011, pp.11-35
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela. **"Mulheres e reforma agrária no Brasil"**. In BUTTO, Andrea; LOPES, A. L. (Org.) *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente*. Brasília: NEAD, 2009, pp, 21-37
- DEERE, Carmen. **"Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais"**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº18, pp. 112-146, 2002
- CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo**: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.
- CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo**: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. 87f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1991.
- CRUZ, Teresa Almeida. **"A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida"**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013.



**III CIFA**  
COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, GÊNERO E SUSTENTABILIDADE

**Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** –Ministério do desenvolvimento agrário (MDA): Brasília. 2006. 262p.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Vozes: Petrópolis, 1981

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Coletivo Nacional de Gênero do MST. **Caderno de Formação nº2 “Mulher Sem Terra”.** São Paulo, 1999.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária.** Estudos avançados, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989

SCOTT, Joan. **“A invisibilidade da experiência”.** Projeto História, nº16, pp. 297-325, 1998

SCOTT, Joan. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** Educação & Realidade, v.15, nº2, pp. 71-99, 1995